

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2024

(Art. 4º, §2º, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000)

A Previsão Anual Atualizada da receita, conforme o orçamento para o exercício de 2024 e suas respectivas alterações foi de R\$3.497.338.651,49, enquanto o valor total arrecadado no ano foi de R\$3.227.896.320,84 que corresponde a 92% da previsão atualizada, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 01

Vr. nominal em R\$1,00

Receitas	Metas LOA 2024	Previsão Anual Atualizada (a)	Execução 2024 (b)	Δ (b-a)	% (b)/(a)
Receitas Correntes	3.269.342.495,51	3.315.255.746,13	3.146.162.673,06	-169.093.073,07	95%
Tributárias	868.902.303,50	868.902.303,50	899.662.359,62	30.760.056,12	104%
Contribuições	478.513.567,15	478.513.567,15	505.417.427,71	26.903.860,56	106%
Patrimoniais	74.062.693,19	75.801.722,45	86.807.422,80	11.005.700,35	115%
Transferências Correntes	1.664.627.635,59	1.708.801.856,95	1.557.157.511,86	-151.644.345,09	91%
Outras Receitas Correntes	183.236.296,08	183.236.296,08	97.117.951,07	-86.118.345,01	53%
Receitas de Capital	163.245.919,35	182.082.905,36	81.733.647,78	-100.349.257,58	45%
Operações de Crédito	37.244.412,00	53.544.870,94	53.896.735,81	351.864,87	101%
Alienação de Bens	75.425,48	75.425,48	433.168,39	357.742,91	574%
Transferências de Capital	125.926.081,87	128.462.608,94	27.403.743,58	-101.058.865,36	21%
Receita Total	3.432.588.414,86	3.497.338.651,49	3.227.896.320,84	-269.442.330,65	92%

Fonte: Consultas SIAFEM/DimRel

A Receita Corrente alcançou 95% da previsão atualizada, com destaque para o desempenho das Receitas Tributárias (104%), Contribuições (106%) e Patrimoniais (115%) que superaram a previsão atualizada.

O comportamento das Receitas Tributárias decorre, sobretudo, do desempenho do IRRF, IPTU/TCRS e do ISSQN. Com relação ao IPTU, no exercício 2024 foi realizada a atualização, com base no IPCA, da Planta Genérica de Valores Imobiliários em 4,68% (Decreto nº 16.303/2023). A base cadastral sofreu um aumento de 2,64%, com auxílio do programa de georreferenciamento. No âmbito do ISSQN, Ações como monitoramento constante dos inadimplentes de ISSQN, através da Nova Nota Fiscal Eletrônica bem como monitoramento de setores específicos de prestação de serviço, notificando os contribuintes quando verificada qualquer irregularidade e propiciando a autorregularização de débitos; acompanhamento sistemático e planejamento das ações fiscais dos dados obtidos com a implantação do sistema informatizado de gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para a modernização da Administração Tributária; e Fruição dos benefícios do convênio com a Receita Federal do Brasil para acesso ao SPED-ECD das empresas, ampliando as ferramentas de fiscalização do ISSQN, contribuíram para o desempenho da arrecadação. Por fim, o desempenho do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ficou abaixo do esperado arrecadando 90% da meta prevista.

Receita Tributárias	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Δ (b-a)	% (b)/(a)
IPTU/TCRS	316.659.301,34	325.073.723,41	8.414.422,07	103%
ITBI	62.029.926,33	62.605.187,99	575.261,66	101%
IRRF	190.893.082,00	172.684.500,59	-18.208.581,41	90%
ISSQN	252.188.802,41	284.620.990,55	32.432.188,14	113%
Demais Receitas Tributárias	47.131.191,42	54.677.957,08	7.546.765,66	116%
Total	868.902.303,50	899.662.359,62	30.760.056,12	104%

As Contribuições alcançaram 106% da previsão. Dentre as receitas dessa origem destacam-se as contribuições patronais e dos servidores para o regime próprio de previdência.

As Receitas Patrimoniais alcançaram 115% da meta e são compostas, principalmente, por dividendos, rendimentos de aplicações financeiras diversas e receita de remuneração de depósito CDB pós fixado.

As Transferências Correntes alcançaram 91% da meta prevista para o período. Essa categoria é composta, sobretudo, pelas transferências do FPM, FUNDEB, IPVA e ICMS.

O FPM arrecadou 101% do previsto para o exercício. Esta receita é formada por uma parcela do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), seu aumento está diretamente ligado à arrecadação Federal.

A arrecadação do ICMS atingiu 91% da Previsão Anual. O desempenho do ICMS reflete tanto o nível de atividade econômica quanto a política tributária adotada pelo Governo de Minas Gerais. Ademais, o desempenho abaixo do esperado para o ICMS é atribuído a fatores externos relativos a alteração na sua legislação de repasse. Ocorre que por ter tido uma alteração em um dos critérios utilizados como base para o cálculo do repasse (educação), acabou por favorecer os municípios de menor porte em detrimento dos de maior porte como Juiz de Fora. A consequência foi um valor a menor do que o previsto em 22,4 milhões. A nova distribuição do ICMS da Educação entre os municípios que é alvo de questionamentos das cidades mais populosas de Minas Gerais. Quando foi instituído, ainda em 2020, o novo Fundeb passou a exigir que os municípios aumentassem o investimento em educação, aplicando, no mínimo, 10% do ICMS, não mais 2%. Ao definir como a fatia seria distribuída, a lei adotou quatro parâmetros: 50% serão repassados às prefeituras de acordo com o desempenho, 20% de acordo com o rendimento, 15% de acordo com o atendimento e outros 15% de acordo com a gestão escolar. Porém, a nova distribuição não observa critérios como, por exemplo, o número de matrículas, o que, fez com que as cidades mais populosas tivessem seu repasse reduzido.

A receita do FUNDEB alcançou 107% do previsto para o exercício, sendo importante ressaltar que essa fonte de financiamento é vinculada à arrecadação do FPM e do ICMS.

No que se refere ao IPVA, a arrecadação alcançou 96% dos valores previstos para o exercício. Em 2024, o Governo de Minas estabeleceu que o imposto seria pago nos meses de janeiro, fevereiro e março. Além disso, foi concedido um desconto de 3% para aqueles que escolheram quitar o imposto integralmente à vista e houve o Programa "Bom Pagador", que ofereceu um desconto extra de 3% aos contribuintes que mantiveram regularidade no pagamento do IPVA.

Transferências Correntes	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Δ (b-a)	% (b)/(a)
FPM	135.652.563,59	137.114.104,75	1.461.541,16	101%
ICMS	238.372.018,77	215.925.105,10	-22.446.913,67	91%
IPVA	142.249.998,27	136.629.230,59	-5.620.767,68	96%
FMS	844.265.630,26	711.270.537,01	-132.995.093,25	84%
FUNDEB	268.469.041,89	286.921.583,87	18.452.541,98	107%
FNDE	30.976.306,60	28.042.261,11	-2.934.045,49	91%
Outras Transferências	48.816.297,57	41.254.689,43	-7.561.608,14	85%
Total	1.708.801.856,95	1.557.157.511,86	-151.644.345,09	91%

As receitas agrupadas sob a categoria de "Outras Receitas Correntes", Tabela 1, ficaram abaixo da meta prevista para o período, atingindo apenas 53% do previsto. Este agrupamento engloba diversas fontes, como multas administrativas, contratuais e jurídicas, demais receitas, indenizações, restituições, ressarcimentos e outras.

No que diz respeito à categoria econômica das Receitas de Capital, esta alcançou apenas 45% da meta estabelecida para o exercício. Esse resultado se deve à não concretização das transferências de capital que estavam programadas.

Na análise efetuada pelo confronto da execução orçamentária de 2024 com as previsões constantes na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.684/2023), o valor previsto para as Receitas Fiscais foi de R\$2.400.272.195,68 e para as Despesas Fiscais de R\$2.418.461.235,91.

Tabela 2 - Metas Fiscais - Exercício 2024

Vr. Nominal em R\$1,00

RECEITAS FICAIS	Projeção LDO 2024 (a)	Realizado (b)	% (b)/(a)
Receita Corrente (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.345.045.997,65	2.684.919.309,70	114%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	771.690.291,61	899.662.359,62	117%
Contribuições	0,00	112.653.605,04	
Receita Patrimonial	56.340.385,88	78.390.330,24	139%
Aplicações Financeiras (II)	36.500.775,85	59.668.990,40	163%
Outras Receitas Patrimoniais	19.839.610,03	18.721.339,84	94%
Transferências Correntes	1.377.138.900,66	1.557.157.511,86	113%
Demais Receitas Correntes	139.876.419,50	37.055.502,94	26%
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I-II-III)	2.308.545.221,80	2.625.250.319,30	114%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		452.826.270,80	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		8.417.092,56	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	114.493.477,68	81.733.647,78	71%
Operações de Crédito (VIII)	22.766.503,80	53.896.735,81	237%
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	78.271,72	433.168,39	553%
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	78.271,72	433.168,39	553%
Transferências de Capital	91.648.702,16	27.403.743,58	30%
Convênios	68.391.693,49	11.944.134,48	17%
Outras Transferências de Capital	23.257.008,67	15.459.609,10	66%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)=(VII-(VIII+IX+X+XI+XII))	91.726.973,88	27.836.911,97	30%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)		3.105.913.502,07	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	2.400.272.195,68	2.653.087.231,27	111%

DESPESAS FISCAIS	Projeção LDO 2024 (a)	Despesa Paga (b)	% (b)/(a)
DESPESAS CORRENTES (Exceto Fontes RPPS) (XVIII)	2.249.277.408,56	2.602.147.503,99	116%
Pessoal e Encargos Sociais	1.137.666.065,24	1.439.859.653,50	127%
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	42.068.939,86	27.254.064,52	65%
Outras Despesas Correntes	1.069.542.403,46	1.135.033.785,97	106%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	2.207.208.468,70	2.574.893.439,47	117%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)		390.622.535,56	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)		0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	210.162.066,77	291.040.810,66	138%
Investimentos	161.337.550,32	243.626.651,53	151%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XXVII)	48.824.516,45	47.414.159,13	97%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	161.337.550,32	243.626.651,53	151%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	100.000,00	0,00	0%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)		8.567,00	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)		0,00	
DESPESA PRIMÁRIA (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	2.368.646.019,02	3.209.151.193,56	135%
DESPESA PRIMÁRIA (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	2.368.646.019,02	2.818.520.091,00	119%
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PRIMÁRIO (XXXIV)		45.540.644,25	
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PRIMÁRIO (EXCETO FONTES RPPS) (XXXV)	49.815.216,89	45.029.967,11	90%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (Inclusive Restos a Pagar Pagos) (XXXVI) = (XXXII + XXXIV)	2.368.646.019,02	3.254.691.837,81	137%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (Inclusive Restos a Pagar Pagos) (EXCETO FONTES RPPS) (XXXVII) = (XXXIII + XXXV)	2.418.461.235,91	2.863.550.058,11	118%
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = (XVI - XXXVI)		-148.778.335,74	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXIX) = (XVII - XXXVII)	-18.189.040,23	-210.462.826,84	1157%

Fonte: LEI Nº 14.684, de 04 de agosto de 2023 (LDO 2024): Anexo I - Anexo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo Resultado Nominal Corrente
SICONFI/STN: RREO 6º Bimestre de 2024 - Anexo 6

Na execução orçamentária do exercício de 2024, as Receitas Fiscais, ou seja, as receitas totais excluídas as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, as operações de crédito, amortizações de empréstimos e as alienações de investimentos temporários ou permanentes, alcançaram 111% do valor previsto na LDO/2024.

	Projeção LDO 2024 (a)	Realizado (b)	Δ (b)/(a)
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	2.400.272.195,68	2.653.087.231,27	111%

Já as Despesas Fiscais, ou seja, todas as despesas e restos a pagar pagos no exercício, excluído os pagamentos de juros e encargos da dívida e suas respectivas amortizações, alcançaram 118% da meta prevista.

	Projeção LDO 2024 (a)	Realizado (b)	Δ (b)/(a)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (Inclusive Restos a Pagar Pagos) (EXCETO FONTES RPPS) (XXXVII) = (XXXIII + XXXV)	2.418.461.235,91	2.863.550.058,11	118%

Confrontando as Receitas e Despesas Fiscais realizadas apurou-se um Resultado Primário deficitário no valor de R\$ 210.462.826,84 que representa 1157% do deficit previsto na LDO. O resultado negativo indica que o Município recorreu a recursos de superávit financeiro para cobrir as despesas que ultrapassaram as receitas arrecadadas em 2024. Durante este exercício, foram abertos créditos suplementares no valor de R\$ 452.100.261,83, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro. Isso reflete a necessidade de ajuste orçamentário para atender às demandas de despesas.

	Projeção LDO 2024 (a)	Realizado (b)	Δ (b)/(a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXIX) = (XVII - XXXVII)	-18.189.040,23	-210.462.826,84	1157%

A Dívida Consolidada do Município totalizou, no exercício avaliado, o equivalente a R\$ 336.449.421,70 representando 92% do montante previsto:

	Projeção LDO 2024 (a)	Realizado (b)	Δ (b)/(a)
Dívida Consolidada	365.267.066,91	336.449.421,70	92%

Já a Dívida Consolidada Líquida (DCL) “corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e os Restos a Pagar Processados” (Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, pág.267), ou seja, quanto menor melhor. No exercício

de 2024, a mesma totalizou R\$ 191.055.443,34 negativos, conforme demonstrado na Tabela 3. Ou seja, em 31/12/2024 a disponibilidade de recursos do Município era maior que suas obrigações.

Tabela 3 - Dívida Consolidada Líquida

Exercício 2024	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	336.449.421,70
DEDUÇÕES (II) = (III + VII)	527.504.865,04
Disponibilidade de Caixa (III) = (IV - V - VI)	466.307.796,56
Disponibilidade de Caixa Bruta (IV)	546.612.079,20
(-) Restos a Pagar Processados (V)	44.843.719,65
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (VI)	35.460.562,99
Demais Haveres Financeiros (VII)	61.197.068,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (VIII) = (I - II)	-191.055.443,34

SICONFI/STN: RREO 6º Bimestre de 2024 - Anexo 6

O Resultado Nominal Abaixo da Linha “*representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência*” (MDF, 14ª edição, pág.87). Conforme se verifica no quadro abaixo, o valor realizado foi de 344% do estimado na LDO 2024.

RESULTADO Nominal Abaixo da Linha (SEM RPPS)	Projeção LDO (a)	Realizado (b)	Δ (b)/(a)
Dívida Consolidada Líquida 2023	-175.351.108,28	-508.055.020,83	290%
Dívida Consolidada Líquida 2024	-83.132.713,60	-191.055.443,34	230%
Resultado Nominal Abaixo da Linha (SEM RPPS): =(a - b)	-92.218.394,68	-316.999.577,49	344%

Embora, o resultado nominal apurado seja negativo verifica-se que no exercício 2024 a disponibilidade de recursos superou as obrigações, ainda que seja menor do que os valores apurados durante o exercício 2023.